

MARCO MAZZONI

Apresentação

Samantha Chantal Dobrowolski

ACORDOS DE LENIÊNCIA ANTICORRUPÇÃO E CONFLITOS INSTITUCIONAIS

A consideração humana na reação constitucional

O direito comportamental em instituições

Belo Horizonte

FÓRUM
CONSEJO DE DIREITO

2024

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Deltino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Cabardo	Paulo Modesto
Fabrcio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luis Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Jardim Atlântico – CEP 31710-430
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 99412.0131
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

M478a	Mazzoni, Marco Otavio Almeida Acordos de leniência anticorrupção e conflitos institucionais: a consideração humana na reação constitucional. O direito comportamental em instituições / Marco Otavio Almeida Mazzoni. Belo Horizonte: Fórum, 2024. 305 p. 14.5x21.5cm ISBN 978-65-5518-655-0 1. Acordo de leniência anticorrupção. 2. Conflitos multiagências. 3. Capacidades institucionais. 4. Constitucionalismo cooperativo. 5. Law & Behavior. I. Título. CDD: 351 CDU: 35
-------	---

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MAZZONI, Marco Otavio Almeida. *Acordos de leniência anticorrupção e conflitos institucionais: a consideração humana na reação constitucional. O direito comportamental em instituições.* Belo Horizonte: Fórum, 2024. 305 p. ISBN 978-65-5518-655-0.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	
Samantha Chantal Dobrowolski	15
INTRODUÇÃO	27
PARTE I	
CAPÍTULO 1	
PROGRAMAS DE LENIÊNCIA E O IMPULSO INTERNACIONAL DA LEI ANTICORRUPÇÃO: PREVISÕES DE OPERAÇÃO E OS ACORDOS NO BRASIL – CGU E MPF – 2014-2022.....	43
1.1 As previsões da Lei Anticorrupção na operação das instituições brasileiras e a conciliação de instrumentos negociais.....	52
1.2 Os acordos de leniência anticorrupção no Brasil CGU e MPF 2014-2022 – pontos de destaque e análise	63
CAPÍTULO 2	
VIRTUDES E IMPROPRIEDADES DO MODELO MULTIAGÊNCIAS: REFLEXOS INSTITUCIONAIS DOS ACORDOS BRASILEIROS	73
2.1 A maximização do próprio interesse público e o isomorfismo ..	77
2.2 Competição excessiva entre agências do mesmo ciclo e os riscos de exclusão das outras visões	81
2.3 O viés do egocentrismo.....	83
2.4 Pontos cegos éticos em perspectiva e o perigo das racionalizações institucionais.....	86
2.5 As limitações focadas em normas e efeitos colaterais	89
2.6 O sistema multiagências como um problema de ação coletiva em subgrupos.....	92

CAPÍTULO 3

A ATRATIVIDADE DOS ACORDOS: A RACIONALIDADE ECONÔMICA ORIGINÁRIA, A GOVERNANÇA CORPORATIVA E OS PASSOS ALÉM DA ESCOLHA RACIONAL		97
3.1	Divulgação dos requisitos e procedimentos em caso de sucesso ou recusa de acordos.....	107
3.2	Benefícios que incentivem a “corrida pela colaboração”: a compreensão alternativa do “dilema dos prisioneiros” em casos de corrupção.....	114
3.3	Sigilo e compartilhamento restrito de informações na preservação das finalidades do acordo	126
3.4	Oportunidade para corroboração das narrativas.....	132
3.5	Expectativa contra redundâncias sobre os mesmos fatos e a incerteza da repercussão humana	136

CAPÍTULO 4

A CONSIDERAÇÃO HUMANA E O VETOR DE COOPERAÇÃO ALÉM DA RAZÃO ECONÔMICA: REFLEXOS NA RESPONSABILIZAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS E OPERAÇÃO DOS ACORDOS		141
4.1	A responsabilidade objetiva e o foco nos agentes da corrupção	154
4.2	O distanciamento do Poder Judiciário e a monetização das consequências da corrupção: a reação da comunidade humana	162

PARTE II

CAPÍTULO 5

A EXPRESSÃO DO CONSTITUCIONALISMO COOPERATIVO NAS CAPACIDADES INSTITUCIONAIS: MATRIZES PARA A SUPERAÇÃO DE PONTOS CEGOS		173
5.1	A regulação do compartilhamento de informações e a fixação dos valores de reparação em etapas.....	204
5.2	A independência de esferas e o <i>ne bis in idem</i> : as capacidades institucionais no exercício sancionatório.....	220
5.3	A proteção das pessoas naturais que corroboram os acordos de leniência	229
5.4	A prevenção ativa: implementação dos programas de integridade	233

CAPÍTULO 6

MODELOS OPERACIONAIS DE COOPERAÇÃO MULTIAGÊNCIAS: OBJETIVOS, TÉCNICAS E SENHA COMO INSTRUMENTO		237
--	--	-----

CAPITULO 7

A ALTERNATIVA BRASILEIRA: UMA SUGESTÃO	257
CONCLUSÕES	267
REFERÊNCIAS	283